



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

# Falta de remédios leva a nova reunião

Audiência no MPF desta vez convocou casas de apoio a pacientes com câncer para se somar na luta

Moema Lopes  
DA EQUIPE JC

Todos os dias o Ministério Público Estadual de Sergipe recebe reclamações de pelo menos oito pessoas quanto à falta de medicamentos oncológicos para o tratamento de crianças com câncer. O problema, que já foi alvo de várias audiências, foi novamente debatido em uma reunião realizada na manhã de ontem. Desta vez, a promotora de Justiça Euzamissano se reuniu com médicos oncologistas e representantes da Associação dos Voluntários em favor da Oncologia em Sergipe (Avosos) e do Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC), com o objetivo de traçar posteriormente em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde e Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), planos para a formalização de uma parceria.

“O MP, como é sabido, tem duas ações movidas em face do Estado e da Fundação, com relação a medicamentos oncológicos e realização dos exames que são indispensáveis para não somente o diagnóstico precoce, mas também para o tratamento do câncer. Então hoje nós nos reunimos com as casas de apoio porque muitos médicos têm encontrado nessas instituições uma solução para a falta de medicamentos, na condição em algumas vezes de desabastecimento. E até porque as casas de apoio querem ser parceiras dos serviços de oncologia, sendo esse também o papel delas”, explicou a promotora.

Paralelo a isso, mesmo com as ações civis

ainda em curso, nessa audiência também foram apresentados os projetos da Avosos e do GACC com a finalidade de formalizar essa parceria. “Vamos ver a possibilidade de medicamentos, de exames e de eventuais necessidades, dentro do que é possível essas entidades colaborarem já que nós estamos também passando por uma situação um pouco mais complicada. E até, independente disso, é o que constitui o papel das casas de apoio. Então estamos vendo a formação dessa parceria numa maior incidência na assistência às crianças com câncer”, declarou a promotora.

### Medicamentos

De acordo com Euzamissano, nessa reunião ficou constatado que a situação da falta de medicamentos, ou de desabastecimento, ainda permanece. “O MP mesmo com o ajuizamento da ação já entrou com pedidos variados com punições pessoais, não somente aos secretários, como também da presidência da FHS, pertinente ao cumprimento da liminar, mas, infelizmente, a situação da falta de medicamento é cíclica. Às vezes existe medicamento, na outra semana falta outro tipo de medicamento”, lamentou a promotora, ao ressaltar que na maioria das vezes isso faz com que os médicos tenham que interromper os tratamentos. “Isso é traumatizante. Os médicos terem que interromper o trata-

mento quimioterápico daquela criança. Só prejudica o tratamento e a expectativa de vida daquela criança”, frisou.

### Fora de domicílio

Muitas vezes, os médicos se veem obrigados a enviar os pacientes para serem tratados fora do Estado. Durante a audiência, um médico oncologista disse que é mais fácil enviar uma criança para ser tratada em São Paulo do que deixá-la em Aracaju. No entanto, nem todas as famílias têm condições de manter o tratamento da criança fora do domicílio. “Houve informações hoje sobre isso na audiência, mas temos que rever isso até porque nem sempre falta medicamento e ele não tem que interromper o tratamento quimioterápico. Sabemos também que muitas vezes a família não tem estrutura para o tratamento do filho fora do domicílio”, disse.

Euza Missano informou que o que tem que ser feito é o controle sobre os medicamentos e procedimentos existentes. “O MP tem feito tudo que pode ser feito, tudo que é possível nós já fizemos, inclusive já chegamos ao nosso limite com o ajuizamento de ações civis públicas, pedindo até multa pessoal ao gestor, mas que infelizmente ela foi retirada através de recurso que foi interposto pela FHS. Mas, ainda assim es-

tamos insistindo no descumprimento dessa ação cautelar para que o Judiciário tome as providências em face da irregularidade da dispensação dos medicamentos”, afirmou.

### Expectativas

A promotora de Justiça lembra que o MP está há um ano discutindo esse problema da falta de medicamentos, lidando com tratativas e até fazendo visitas às unidades. “Assim como nos reunindo com os médicos. É lógico que nós temos sempre as melhores expectativas. Acreditamos na sensibilidade dos gestores, sabemos que todos estão empenhados na solução do problema e a nossa expectativa é que isso seja solucionado o mais rápido possível. Estamos tentando o controle da regularização da farmácia em todos os aspectos”, destacou.

Ela lembra que até o Tribunal de Contas (TC) lançou uma auditoria específica sobre essa questão dos medicamentos oncológicos e isso já motivou, inclusive, uma ação civil do MP, solicitando uma intervenção do Estado na FHS, para que seja feito um levantamento nas contas da Fundação e que o Estado reasuma o gerenciamento das suas duas maiores unidades, que são o Hospital de Urgência de Sergipe [Huse] e a maternidade Nossa Senhora de Lourdes. “Foi concedida liminar, mas infelizmente, por recurso interposto pelo Estado foram suspensos os seus efeitos. A liminar foi cassada e vamos ter que aguardar agora o julgamento do recurso do agravo de instrumento”, lamentou.